



Mais uma vez a expectativa do Conselho Europeu

Numa altura em que a estabilidade da zona euro se encontra na ordem do dia, espera-se com expectativa o resultado do próximo Conselho Europeu da UE, a realizar em Bruxelas nos próximos dias 8 e 9 de Dezembro. Por muitos apontado como a última esperança para salvar o euro, da ordem de trabalhos constam as questões de política económica, nomeadamente a discussão sobre um novo reforço da convergência económica na área do euro; sobre uma melhor disciplina orçamental e sobre o aprofundamento da união económica, e a possibilidade de introduzir alterações limitadas no Tratado de Lisboa.

Entretanto, os líderes da Alemanha e da França reuniram hoje, dia 5, em Paris, para preparar a sua intervenção no Conselho. Desta reunião bilateral, resultou que ambos pretendem concluir, até Março “um novo tratado” entre os 27 Estados da União Europeia (UE) ou, se não for possível, entre os 17 membros do euro com regras de disciplina orçamental mais estritas e sanções automáticas para os países incumpridores.

Nesta edição damos conta de algumas das propostas da Comissão Europeia para reforçar a zona euro e ficamos, também nós, na expectativa do Conselho de dia 9.

PÁGINA A PÁGINA

ECONOMIA

2

PRESEURO

4

EU TUBE

4

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

4



Pacote de recomendações económicas e orçamentais estabelece novas medidas para reforçar a governação e estabilidade financeiras na zona euro

Na sua análise anual do crescimento para 2012 a Comissão Europeia refere que os governos têm de pôr as finanças públicas em ordem, para incentivar o crescimento e o emprego. Esta análise marca o início do Segundo Semestre Europeu, um ciclo anual de seis meses durante o qual os governos e os seus pares da UE elaboram as políticas orçamentais e económicas em concertação. Neste contexto, os governos devem centrar-se nas seguintes cinco prioridades e adoptar as respectivas medidas:

- execução de políticas orçamentais em prol do crescimento - desenvolver estratégias fiscais e de investimento público adaptadas às necessidades de cada país;
- regresso da actividade de concessão de crédito aos níveis anteriores à crise - facilitar o acesso dos bancos a financiamento, apoiar o acesso das PME ao crédito e estabelecer um novo regime europeu de capital de risco;
- promoção do crescimento e da competitividade - dar prioridade à economia digital, ao mercado único dos serviços e do comércio

- externo e a propostas da UE da execução rápida;
- resposta ao desemprego e ao impacto social da crise - promover a criação de empresas e o emprego por conta própria, melhorar os sistemas de segurança social para proteger as pessoas mais vulneráveis;
- modernização das administrações públicas - reduzir a burocracia, promover a administração pública electrónica e reduzir para três dias o tempo necessário para criar uma nova empresa.

Reforço da governação económica

O pacote deste ano inclui duas novas propostas que assentam em medidas adoptadas na sequência da crise financeira para melhorar a governação económica e ajudar a controlar a dívida pública. A primeira proposta exige que os países da zona

euro apresentem simultaneamente os seus projectos de orçamento anuais. A Comissão poderá então emitir, se for caso disso, um parecer sobre os mesmos e pedir aos governos que os reformulem com base nas suas obrigações enquanto membros da

zona euro. A segunda proposta exige uma mais estreita supervisão dos países da zona que beneficiam de assistência financeira ou se encontram em risco de instabilidade financeira grave.

Reforço do apoio financeiro

A Comissão Europeia lançará em breve uma consulta pública (prazo 8 de Janeiro de 2012) para saber se os países da zona euro deverão emitir em conjunto obrigações a fim de obter verbas para os países com proble-

mas de dívida. Os respectivos rendimentos seriam encaminhados para o fundo de resgate.

Um documento de reflexão apresenta opções para o lançamento das chamadas “obrigações de estabilida-

de”. A emissão conjunta de obrigações só será exequível se os países da zona euro tomarem as medidas necessárias para reforçar a disciplina orçamental, assinalou a Comissão.

Mais informações:

Pacote de recomendações económicas e orçamentais proposto pela Comissão Europeia

http://ec.europa.eu/economy_finance/articles/eu_economic_situation/2010-09-eu_economic_governance_proposals_en.htm

Documento de reflexão sobre o lançamento das “obrigações de estabilidade”

http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/news/documents/pdf/green_en.pdf

Responsabilizar as agências de notação

A UE pretende reforçar a supervisão das agências de notação de crédito no contexto das reformas dos mercados financeiros actualmente em curso

Desde o início da crise económica, a UE introduziu várias reformas para melhorar a regulação dos seus mercados financeiros e proteger os investidores. Uma das medidas adoptadas nesse contexto foi o reforço da supervisão das agências de notação de crédito, por forma a aumentar a sua responsabilização, a minimizar eventuais conflitos de interesses e a proporcionar mais informações aos investidores. As agências estão agora sob a supervisão da nova Autoridade Europeia dos valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), que as pode penalizar caso infringjam as regras.

Necessidade de regras mais estritas

Contudo, a actual crise da dívida da zona euro veio revelar áreas em que é necessária mais supervisão. A fim de colmatar as lacunas detectadas, a Comissão decidiu propor novas medidas para ajudar a estabilizar os mercados financeiros e informar melhor

os investidores sobre o risco de crédito.

A notação de crédito é uma avaliação do grau de confiança que se pode ter no crédito, por exemplo, qual o risco de investir na dívida emitida por uma determinada empresa ou país, e pode ter um impacto determinante. A descida da notação de um país pode levar à subida de taxas de juro, obrigando-o a pagar mais pelo dinheiro que lhe emprestam.

As novas medidas têm por objectivo:

- reduzir a dependência excessiva da notação - ao escolherem os seus investimentos, as instituições financeiras deixariam de seguir cegamente as notações de crédito, tendo de fazer as suas próprias avaliações. As agências teriam de fornecer mais informações sobre as suas notações.

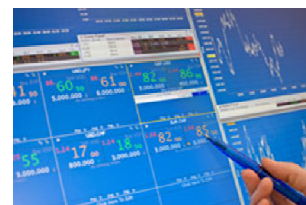
- Exigir uma avaliação mais frequente da notação das dívidas nacionais - as agências teriam de actualizar as notações dos países da UE pelo menos duas vezes por ano (em vez de uma). Para evitar per-

turbações do mercado, as notações dos países só seriam publicadas após o fecho das operações, e, pelo menos, uma hora antes da abertura dos locais de negociação na UE.

- Garantir a independência - os emissores de dívida teriam de mudar de agência de notação de 3 em 3 anos. Além disso, em caso de investimentos complexos, seriam necessárias notações de 2 agências diferentes. Um grande accionista de uma agência de notação não poderia ser simultaneamente um grande accionista de um concorrente.

- Responsabilizar mais as agências - os investidores poderiam interpor acções de responsabilidade civil contra uma agência em caso de violação das regras da UE, fosse ela intencional, ou por negligência.

As propostas da UE têm agora de ser aprovadas pelos governos nacionais e pelo Parlamento Europeu a legislação deverá entrar em vigor em finais de 2012.



União Económica mais forte e coesa

Por ocasião da apresentação de novas propostas, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, declarou que os governos da zona euro devem adoptar sem demora medidas destinadas a defender a moeda única, pôr cobro à crise da dívida e consolidar a união económica.

Uma coordenação económica reforçada permitirá que os governos possam coordenar melhor uma resposta aos principais desafios económicos que a UE enfrenta e apoiar os esforços para fomentar o crescimento e o emprego.

A UE já tomou algumas medidas neste sentido desde o início da crise, nomeadamente um pacote de seis medidas legislativas para melhorar o controlo do orçamento e da dívida pública.

No ano passado, a UE lançou ainda o Semestre Europeu, um ciclo anual de seis meses durante

o qual os governos e os seus pares da UE elaboram as políticas orçamentais e económicas em concertação.

A Comissão lançou o actual Semestre Europeu a 23 de Novembro com a publicação da análise anual do crescimento, que define as prioridades em termos de política económica por que se devem nortear os governos europeus no próximo ano.

Foram ainda propostas medidas destinadas a reforçar a supervisão económica e orçamental dos países da zona euro com défices orçamentais e excessivos. Os países com problemas de dívida sistémicos serão também obrigados a seguir as medidas preconizadas pelos seus pares para obter o apoio do fundo de resgate da zona euro.

“Os mercados e os investidores exigem uma governação mais forte da zona euro. Não é apenas uma questão política para pessoas que, como eu e muitos de vós, aspiram por uma Europa mais forte. Efectivamente o reforço da governação económica na zona euro e na União Europeia é agora uma questão de bom senso.”

“Estamos de facto, perante uma crise verdadeiramente sistémica que requer um empenhamento ainda maior de todos. No futuro, temos de reforçar ainda mais a integração, o que exigirá alterações ao tratado. E sejam claros, sou a favor de uma alteração ao Tratado se a meta for reforçar a União Europeia, o método comunitário, as instituições europeias e o sentimento de partilha de um objectivo comum.”

Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia

Croácia, o sonho de uma adesão a baixo custo

No dia 4 de Dezembro, os croatas foram chamados a renovar o seu parlamento. Poucos dias mais tarde, Zagreb deverá assinar a sua adesão à UE. Antes de entrar na UE, em Julho de 2013, o país deverá enfrentar reformas profundas. Mas nem o Governo, nem a oposição parecem preparados para o anunciar aos seus cidadãos.



A Croácia não é a Grécia ou a Espanha. A primeira-ministra, Jadranka Kosor, não é George Papandreu, ainda menos é Lucas Papademos, Mario Monti ou Mariano Raroy.

A dívida, o desemprego, a recessão e os infundáveis escândalos políticos que afligem a Croácia, um país modesto no limite da Europa central e do Mediterrâneo que bate à porta da Europa, certamente não terão influência no destino do euro.

Até *Der Spiegel*, famoso pelas suas posições críticas, considera que a Croácia merece o seu bilhete de entrada na UE, conseguido com muito esforço.

Três ou quatro anos de descanso

A situação económica domina a Croácia mas, confrontados com problemas mais graves, a Europa e Washington não estão muito preocupados com o facto de a dívida pública croata estar no limiar do aceitável, segundo os critérios de convergência do euro (já atinge 57% do PIB), de o desemprego estar a aumentar, incluindo nos meses de época alta do turismo, de a Croácia não apresentar qualquer sinal de recuperação económica e de a notação da dívida soberana vir a ser colocada à prova, pela primeira vez, a 15 de Março, quando a taxa de juro para os títulos públicos já ronda os 7%.

A Croácia aproximou-se (se é que não ultrapassou) dos indicadores que provocaram a crise europeia, embora a sua dívida seja inferior à da Grécia, o desemprego esteja longe do de Espanha, e as taxas de juro dos títulos

públicos não se assemelhem às da Itália.

Em média, a dívida da Croácia é inferior à dívida da maior parte dos países da zona euro, mas o crescimento está estagnado, as reformas estão congeladas, assim como os investimentos em novas tecnologias, e os investidores viraram-lhe as costas.

Daqui até à sua adesão à UE (em Julho de 2013), deverá concluir a privatização e o saneamento dos estaleiros navais. E, se a conjuntura actual não sofrer alterações e o défice público continuar a crescer (actualmente entre 15 e 17 mil milhões de kunas - dois a 2,3 mil milhões de euros), a Croácia levará 77 anos, em vez de sete, a aderir à zona euro.

A Croácia ainda não está à beira da falência, mas com a política actual, restam-lhe apenas três ou quatro anos de descanso, segundo Zeljko Lovrinčević, conselheiro da economia de Jadranka Kosor. Na opinião de Mate Crkenac, antigo ministro das Finanças do Governo social-democrata (2000-2004), a situação económica está ainda pior do que em 2000, e o nível de vida dos croatas decresceu pelo menos 20%.

A promessa de que nada mudará

Quando a crise afecta os países “grandes”, pertencer ao grupo dos “pequenos” pode representar uma vantagem. A não ser que, como a Croácia, seja o único país da região a caminho de recessão. Tanto mais que, juntamente com a Eslovénia, a Croá-

cia foi, durante muito tempo, a locomotiva do desenvolvimento regional.

Os países “pequenos” são menos contagiosos que os “grandes” (basta olhar para os receios que o caso de Itália inspira, sendo a terceira economia da zona euro), mas logo que adira à UE, a Croácia estará sujeita às mesmas regras do jogo.

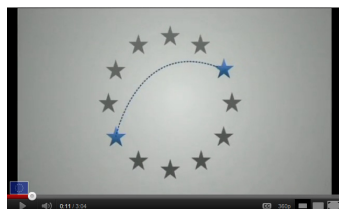
Consequentemente, Zoran Milanovic, vencedor das eleições legislativas do passado dia 4 de Dezembro, vai ver-se obrigado a ir a Bruxelas, ou ao Luxemburgo, à semelhança do que aconteceu com Mario Monti ou Lucas Papademos.

Depois, se as medidas de controlo orçamental recentemente propostas por Bruxelas forem aceites, terá também que submeter a sua proposta de orçamento à aprovação da Comissão Europeia, antes mesmo de a sujeitar à votação do parlamento croata.

O novo Primeiro-Ministro espanhol, Mariano Raroy, anunciou publicamente que iria obedecer a Bruxelas e ligou o futuro de Espanha ao Banco Central Europeu. No Croácia, no entanto, o sonho é entrar para a zona euro sem compromissos suplementares. Afirma-se, pelo contrário, que nada mudará - nomeadamente no que respeita aos privilégios de alguns estratos da população - ou promete-se que as mudanças não terão custos. Dizem-nos que “não haverá despedimentos”. Entretanto, perdeu-se um ano inteiro. E o despertar poderá revelar-se duro para a Croácia.

Fonte: T Portal, Zagreb in [PRESSEUROP](#)

EU TUBE



Trabalhar na Europa. Que país é responsável pela sua segurança social?

Clique aqui para ver o vídeo:

http://www.youtube.com/watch?v=w4C6bvELGVA&list=UUMPaviJxyb01RTdzvYcU01A&index=15&feature=plpp_video

UE & OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

Veja as oportunidades de financiamento em todas as áreas:

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

Saiba em que projectos podem ser parceiro:

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>